



**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024**

Aprova o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio.

**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_, DE 2025**

Art. 1º Inclua-se o Art. 7º-A ao Projeto de Lei nº 2.614/2024, com a seguinte redação:

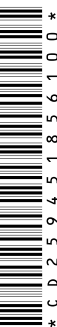
"Art. 7º-A. As Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão instituir e manter mecanismos permanentes para a coleta sistemática da opinião dos pais ou responsáveis pelos estudantes sobre a qualidade dos serviços educacionais prestados pelas respectivas redes de ensino.

§ 1º As opiniões coletadas na forma do caput deverão ser consolidadas e publicadas anualmente em relatórios de fácil acesso ao público, apresentando dados agregados por rede de ensino e também de forma individualizada por unidade escolar, sempre assegurando o anonimato dos respondentes e a proteção dos dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

§ 2º Os relatórios de que trata o § 1º deverão subsidiar a elaboração do instrumento de que trata o art. 13, visando aperfeiçoar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais, bem como o aprimoramento da gestão dos sistemas de ensino e das unidades escolares, promovendo a transparência e o controle social."

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda aditiva propõe a criação do Art. 7º-A no corpo do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação, estabelecendo um dever fundamental para as Secretarias de Educação: a instituição de mecanismos permanentes para coletar e dar publicidade detalhada à opinião dos pais ou responsáveis sobre a qualidade dos serviços educacionais. Esta medida visa a fortalecer a governança do sistema educacional, a transparência da gestão pública e o efetivo controle social, reconhecendo as famílias como atores centrais e principais interessados na educação.





**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A principal alteração introduzida no § 1º é a exigência de que a publicação anual dos relatórios apresente não apenas dados agregados por rede, mas também de forma "individualizada por unidade escolar". Esta granularidade é crucial para que a comunidade escolar específica (pais, alunos, professores e gestores daquela escola) e a própria Secretaria possam identificar com precisão os pontos fortes e as áreas que necessitam de melhoria em cada instituição. A ressalva de assegurar o anonimato dos respondentes e a plena conformidade com a LGPD é fundamental para garantir a privacidade e a confiança no processo. O § 2º é ajustado para refletir que os relatórios subsidiarão também o aprimoramento das unidades escolares. Esta medida de transparência ativa e detalhada é essencial para promover a accountability e para que a voz das famílias efetivamente contribua para a melhoria da qualidade da educação em cada escola.

Apresentação: 28/10/2025 10:10:35.203 - PL261424  
ESB 1223/2025 PL261424 => SBT 1 PL261424 => PL 2614/2025

ESB n.1223/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259451856100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira

